

Às economistas, com carinho



Edição de março, mês do Dia Internacional da Mulher, conta com artigos de Hildete Pereira de Melo e Lena Lavinas, sobre a inserção feminina no mercado de trabalho, e de Giselle Rodrigues e Sandra Quintela, sobre a geopolítica na América Latina e Caribe. Entrevista de Marina dos Santos e artigo de Nivia Regina da Silva, duas lideranças do MST, discutem os desafios da reforma agrária brasileira e das mulheres camponesas.

Editorial

Às economistas, com carinho

■ Ainda que o universo dos economistas fluminenses permaneça predominantemente masculino, as mulheres cumprem na nossa profissão, assim como em outras, um papel cada vez mais relevante. Esta edição do *JE* de março, mês em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, é dedicada às economistas e conta tão somente com artigos redigidos por mulheres, economistas ou não, sobre a temática da inserção feminina no mercado de trabalho ou outros assuntos.

Artigos de Hildete Pereira de Melo, secretaria especial de Políticas para as Mulheres e professora da UFF, e Lena Lavinias, professora do IE/UFRJ, tratam especificamente da participação das mulheres no mercado de trabalho: enquanto Hildete aponta, respaldada por estatísticas, os avanços dos últimos anos, Lena enumera as barreiras, também culturais, enfrentadas pelas trabalhadoras.

No campo da geopolítica internacional, Gisele Rodrigues, da Petrobras, discute a criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e nova (velha?) política dos EUA para a região. Já Sandra Quintela, do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), denuncia os interesses envolvidos na reconstrução do Haiti, nação ocupada por soldados de outros países, inclusive do Brasil.

Na posição de entrevistada da edição, o *JE* optou por ter Marina dos Santos, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que falou sobre a intensa campanha para a criminalização da luta pela reforma agrária e a situação da mulher no campo, área onde o ideário da chamada revolução feminista ainda encontra muita resistência. Outra liderança do MST, Nivia Regina da Silva, discorre em artigo sobre a questão agrária e a luta das mulheres sem-terra no nosso estado.

Quanto ao artigo do Fórum Popular do Orçamento, joga luz sobre um tema de fundamental interesse para todos, que é o percentual mínimo de aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), estabelecido na Constituição, mas nem sempre respeitado.

Boa leitura. 

SUMÁRIO

- 3 Às economistas - Lena Lavinias
Mercado de trabalho e segregação de gênero: como vencer a inércia?
- 5 Às economistas - Hildete Pereira de Melo
O que vai pelo mundo do trabalho numa perspectiva feminista
- 7 Entrevista - Marina dos Santos
“As relações sociais no Brasil estão alicerçadas no machismo, no modelo de sociedade patriarcal e capitalista. As mulheres camponesas têm três, quatro jornadas de trabalho e ainda não são reconhecidas como agentes da política e do trabalho, mas como ajudantes de seus companheiros.”
- 10 Às economistas - Gisele Rodrigues
Um Olhar Geopolítico sobre a América Latina e Caribe
- 13 Às economistas - Sandra Quintela
Haiti e as falsas promessas da reconstrução
- 14 Fórum Popular do Orçamento
Manutenção e desenvolvimento do ensino no Rio de Janeiro
- 16 Às economistas - Nivia Regina da Silva
A questão agrária e a luta das mulheres sem-terra
Agenda de cursos

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: www.programafaixalivre.org.br

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - rossana.henriques@gmail.com • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascotto da Rocha **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2008-2010): Luiz Mario Benhken, Ruth Espinola Soriano Mello, João Paulo de Almeida Magalhães - 2º Terço (2009-2011): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto - 3º Terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriça Miranda, Sidney Pascotto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º Terço: (2008-2010): Arthur Câmara Cardozo, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º Terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º Terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 - Gr. 1607 a 1609 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Membros da Coordenação de Relações Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki, Paulo Sergio Souto e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriça Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Membros da Coordenação de Relações Sindicais:** ADEMIR Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Membros da Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas, e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** José Fausto Ferreira, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

Mercado de trabalho e segregação de gênero: como vencer a inércia?

■ Lena Lavinas*

Um chiste circulou recentemente na internet, mostrando, de forma anedótica, como se reproduz reiteradamente a segregação dos espaços femininos e masculinos de atuação. A pergunta era: *Sabe por que só 10% dos homens vão para o céu ao morrer?* E a resposta: *Porque se fossem todos, o paraíso se transformaria em um inferno!*

Ora, o inferno das mulheres parece ser - ao menos nesta vida - o fato de elas estarem circunscritas, no mercado de trabalho, a ocupações remuneradas que são menos valorizadas porque menos lucrativas e sobremaneiri-

ra voltadas para a prestação de serviços pessoais ou associados à esfera da reprodução: educação, saúde, emprego doméstico, no caso brasileiro.

De fato, a ocupação que concentra ainda o maior número de mulheres no Brasil é o emprego doméstico remunerado a domicílio. Os dados indicam que há pouquíssimas mulheres presentes nas carreiras tecnológicas, científicas, como engenharia ou TI, e também em alguns ramos a exigir menos escolaridade, como transporte, que não oferece barreiras à entrada até porque, na ótica dos seguros, melhor mulher ao volante do que homem. Risco menor, custos menores. Nem assim, ocorrem mudanças no equilíbrio de sexo em muitas ocupações.

Embora a participação das mulheres na força de trabalho tenha-se ampliado rapidamente nos últimos 40 anos, nem todas estão disponíveis para disputar uma colocação no mercado de trabalho. Se 90% dos homens na faixa etária de 24 a 65 anos declaram-se ativos (ocupados ou

procurando emprego) - percentual esse que se manteve inalterado ao longo da década presente - no caso das mulheres, observa-se aumento da sua taxa de atividade de 61% em 2001, para 66% em 2008. Ainda assim, 1/3 das mulheres no apogeu da sua capacidade de atuar está fora do mercado de trabalho. São inativas. Isso corresponde a 17,4 milhões de mulheres. Nessa mesma faixa etária, em 2008, somente 4,6 milhões de homens declararam-se inativos.

Dados da PNAD a cada ano informam aquilo que já é amplamente conhecido - homens e mulheres não

estão no mesmo lugar quando o assunto é ocupação. A baixa mixidade de sexo é um problema que explica, em boa parte, porque os diferenciais salariais de gênero permanecem agudos, em detrimento das mulheres. Em 2001, segundo a PNAD, a remuneração média feminina para mulheres na faixa etária supracitada correspondia a 68% da masculina. Em 2008, passou para 70% apenas, e isso em uma conjuntura onde a recuperação econômica superou e muito os patamares das duas décadas anteriores, onde o salário mínimo aumenta em termos reais e de forma constante e onde a criação de postos de trabalho formalizados prevalece sobre a informalidade. Essa conjuntura

tão favorável parece ter contribuído pouco para a redução das desigualdades de remuneração entre os sexos. O mesmo ocorre com a queda da taxa de desocupação: ela cai mais rapidamente entre os homens do que para as mulheres no período.

Além do hiato salarial entre os sexos permanecer, portanto, significativo, e a taxa de desemprego ser mais alta para as mulheres, o grau de informalidade é outro ponto desfavorável na trajetória ocupacional das mulheres. Enquanto cai acentuadamente, nesta década, a informalidade masculina (46% em 2008, contra 52% em 2001), o ritmo de queda é menor para as mulheres, cuja taxa de informalidade recua de 56% em 2001



para 52% em 2008. Ou seja, estamos hoje onde estavam os homens há sete anos atrás. Significa dizer que mais de metade das mulheres ainda trabalha sem direito à proteção social. Logo elas, que, por serem responsáveis diretas pelos filhos, deveriam dispor de uma cobertura protetiva mais eficaz contra riscos derivados da inatividade forçada.

As razões que explicam essa segregação são relativamente conhecidas, a mais convergente é a que identifica na impossibilidade de conciliar trabalho e família a persistência da segregação ocupacional feminina, a escolha ou o empurrão para atividades precarizadas que são mais flexíveis e dão liberdade de ação, como aquelas de tempo parcial ou mesmo realizadas a domicílio.

A polêmica presente entre feministas é se essa segregação se perpetua porque é uma escolha – a utilidade feminina seria distinta da masculina, para ficar em um argumento econômico, pois, finalmente, dispor de tempo para o doméstico, os filhos e o resto dá mais prazer que trabalhar para ganhar dinheiro e galgar postos de poder – ou se, pelo contrário, é consequência da falta de escolhas, porque não há gasto público compatível com as necessidades a serem satisfeitas para liberar as mulheres para o mercado de trabalho. Sem dúvida o exemplo recente do Brasil vem corroborar esta hipótese. O “quase tudo” da política social brasileira hoje é transferir renda às famílias sem



uma estratégia consequente de provisão de serviços públicos gratuitos em educação (creches e escola tempo integral), cuidados familiares (esse tipo de gasto inexistente no nosso sistema de proteção social) e saúde, na qualidade e no volume necessário, o que teria impactos extraordinários sobre o bem-estar da sociedade e das mulheres em particular, ampliando suas oportunidades de inserção ocupacional e autonomia.

Quando a oferta de tais serviços for satisfatória e suficiente, talvez possamos resolver o paradoxo de saber se o trabalho remunerado dentro de um padrão comum a homens e mulheres geraria “desutilidade” para as mulheres.

Nos países nórdicos, e agora na União Européia, as novas estratégias de incentivo ao emprego (políticas públicas para o emprego) estabelecem que ao menos 75% de homens e das mulheres

nas faixas etárias de 22 a 65 anos estejam ocupados. Atingir essa meta seria a melhor maneira de dirimir problemas de financiamento dos sistemas de proteção social e, sobretudo, prevenir a pobreza. Sabemos que é o trabalho remunerado feminino – cuja taxa de atividade ainda é muito inferior à masculina, e cujo número médio de horas trabalhadas por semana é, também, inferior em muitas horas – que pode reduzir sensivelmente os níveis de pobreza e exclusão.

No Brasil, por ora, a segregação se reproduz pela inércia. Basta olhar como se distribuem meninas e meninos nos CEFET, segundo o tipo de formação, ou mirar onde estão as jovens do sexo feminino nos cursos de capacitação do Projovem. As políticas públicas na sua formulação não conseguiram, até a presente data, sugerir caminhos para tratar de forma eficaz e efetiva essa questão.

Como fazer para reverter essa naturalização das carreiras e oportunidades? Difícil, difícil... falta informação qualificada de acesso universal, associada a uma oferta de serviços públicos de qualidade para substituir o tempo das mulheres no cuidados com os filhos e todos os outros.

Ainda assim, o risco de segregação por valores arcaicos e machistas persiste aqui e acolá. Até mesmo nas faculdades de Economia, onde o campo da “Feminist Economics” nunca vigou entre nós, ao contrário dos EUA, e onde disciplinas como Economia do Bem-estar são tratadas como “coisa de sociólogo” – menor, evidentemente aos olhos de economistas –, apesar da longa tradição dos estudos de economistas britânicos nessa frente. ☞

* Lena Lavinas é professora associada do Instituto de Economia (IE) da UFRJ

O que vai pelo mundo do trabalho numa perspectiva feminista

■ Hildete Pereira de Melo*

Nestes últimos anos o mercado de trabalho nacional foi bastante afetado pela revolução feminista. Esta desmistificou o quadro traçado pelos papéis masculino e feminino que relegava as mulheres à situação sagrada de mães, donas de casa e/ou trabalhadoras de segunda mão.

Os ganhos das brasileiras no mundo do trabalho

No Brasil nestes últimos anos a participação das mulheres no mercado de trabalho continua sua trajetória de elevação, embora com uma interação intensa com as atividades familiares, seja via o serviço doméstico remunerado, seja pela realização pelas próprias mulheres destas atividades (trabalho reprodutivo).

Entre 2007 e 2008, o contingente de mulheres com mais de 10 anos de idade aumentou

1,5 milhões, sendo que o das mulheres economicamente ativas (ocupadas e desempregadas) elevou-se em 730 mil, e o das mulheres não economicamente ativas (maioria de donas de casa) elevou-se em 828 mil. Esta vivência feminina transitando entre os dois papéis reflete-se nos indicadores abaixo que expressam a relação entre o trabalho produtivo e reprodutivo.

Em relação às condições de atividade e de ocupação com relação ao sexo feminino, a taxa de atividade manteve-se praticamente estável de um ano para outro. Em 2007 foi de 52,3% e em 2008 de 52,2%. Já o nível de ocupação passou de 46,7% em 2007 para 47,2% em 2008.

Foram as mulheres mais velhas que se favoreceram deste crescimento da ocupação feminina, pois aumentou a percentagem da população ocupada feminina nas faixas etárias mais elevadas de 50/59 anos (de 12,8% para 13,5%) e de 60 anos ou mais (de 5,7% para 6,1%). Assim, na distribuição das pessoas economicamente ativas, as

mulheres mantiveram a mesma taxa de participação de 43,6% tanto em 2007 como em 2008.

O desemprego feminino diminuiu

A taxa de desemprego feminino caiu, passando de 10,8% em 2007 para 9,6% em 2008. Observa-se que esta taxa de desemprego, historicamente, é sempre mais alta do que a masculina. Devido ao ciclo de vida feminino, que implica conciliar as funções maternas e reprodutivas com o mundo do trabalho fora de casa, isto faz com que as mulheres entrem e saiam do mercado de trabalho inúmeras vezes. Desta forma o desemprego é maior entre as mulheres do que entre os homens.

Caiu o emprego infantil feminino

Houve uma diminuição na taxa de participação no emprego das faixas etárias mais jovens de 10/14 anos. Analisando as meninas (ocupadas) na faixa de 5 a 9 anos, também observou-se uma redução deste contingente: eram 47 mil em 2007 e em 2008 este número caiu para 41 mil. Estas crianças são, sobretudo, empregadas domésticas.

As mulheres estão cada vez mais escolarizadas

O contingente de mulheres ocupadas com 11 anos ou mais de estudo (ensino médio completo) registrou o maior crescimento no total das mulheres ocupadas, passando de 45,5%, em 2007, para 47,8%, em 2008, totalizando 18,7 milhões de mulheres. O número médio de anos de estudo das mulheres ocupadas também cresceu entre 2007 e 2008, passando de 8,3 para 8,6 anos de estudo. Provavelmente este melhor desempenho feminino está relacionado com a maior oferta do ensino público para as faixas etárias abaixo de 17 anos. Aumentou o número de mulheres com carteira de trabalho assinada, mas não para as trabalhadoras domésticas.

A PNAD/IBGE mostrou que em 2008 das 26,7 milhões de mulheres empregadas e domésticas, 76,8% (20,5



milhões de mulheres) eram empregadas e 23,2% eram trabalhadoras domésticas (6,2 milhões).

O destaque é o aumento do número de mulheres ocupadas com carteira de trabalho assinada entre 2007 e 2008, de 12,3 milhões para 13,1 milhões de mulheres. As domésticas, porém, tiveram uma redução de 44 mil postos de trabalho com carteira assinada: de 1,643 milhões em 2007 para 1.599 milhões em 2008.

Esta redução em 2008 do contingente das trabalhadoras domésticas é uma novidade no mercado de trabalho. Em 2007 havia 51 mil trabalhadoras a mais, ou seja, estas eram 6,252 milhões trabalhadoras em 2007, e este contingente diminuiu para 6,201 milhões em 2008. Entretanto, o número de homens que exercem estas funções cresceu um pouco (2,2%). Eles eram 416 mil trabalhadores em 2007, e passaram para 425 mil em 2008. Notem também que os homens (trabalhadores domésticos) têm uma situação laboral melhor. Em 2007, os homens com carteira assinada significavam 39,7% destes trabalhadores, enquanto as mulheres trabalhadoras domésticas na categoria com carteira assinada eram 26,3%. No ano de 2008, esta situação piorou para as mulheres, uma vez que os homens aumentaram a taxa de formalização para 41,4%

e as mulheres diminuíram a sua para 25,8%.

A tendência de baixa formalização destes postos de trabalho atinge mulheres e homens, mas de modo diferenciado. Em 2007, os trabalhadores domésticos eram um contingente de 60,3% sem carteira assinada; enquanto as mulheres eram 73,7%. Em 2008 os trabalhadores domésticos sem carteira assinada passaram para 58,6%; e as mulheres nas mesmas condições para 74,2%.

Uma reflexão que estes números possibilitam remete à persistência de práticas sexistas no mundo do trabalho. Na medida em que há o deslocamento de homens para atividades ligadas ao espaço doméstico, o que poderia trazer uma mudança na divisão sexual do trabalho, isto não assegura para as mulheres uma maior equidade no compartilhamento dessas tarefas, uma vez que os homens acabam exercendo neste espaço atividades diferenciadas: motorista, jardineiros, entre outras típicas da esfera pública, e seus rendimentos são superiores aos femininos.

Eleva-se o número de mulheres contribuintes da Previdência

A elevação do emprego com carteira de trabalho assinada fez com que as mulheres au-

mentassem a sua participação como contribuinte da Previdência Social (de 49,4% para 50,9%) em 2008.

As atividades de serviços empregam mais da metade das mulheres

Cresceu a ocupação nos setores de serviços (de 56,2% para 57%) na indústria e na construção civil. Este último setor econômico é reduto da mão-de-obra masculina, mas em 2008 recebeu um número cada vez maior de mulheres.

Eleva-se a presença das mulheres como referência das famílias

Continua a trajetória de aumento do número de mulheres como pessoa de referência da família, de 32,9% em 2007 para 34,9% em 2008. O lado dramático destes números é que cresceu o número de mulheres como referência das famílias (chefe), que não são economicamente ativas. São, portanto, famílias mais frágeis financeiramente. Estas mulheres em 2007 representavam 41,4% (8,1 milhões) no comando destas famílias. Em 2008, esta taxa passou para 41,5% (8.8 milhões). Para agravar a situação das famílias ditas monoparentais femininas, houve também o aumento do



número médio de pessoas nestes domicílios nos quais as mulheres são referência e também não são economicamente ativas, que passou de 2,6 para 2,7 pessoas por domicílio. Eleva-se a pobreza nos lares comandados pelas mulheres.

Elevação nos rendimentos das mulheres ocupadas

Já as mulheres ocupadas, apresentam desde 2004 elevação nos seus rendimentos em relação aos dos homens: em 2004 estes significavam 63% dos rendimentos médios mensais real de todos os trabalhos em relação aos masculinos, e em 2008 esta taxa de participação aumentou para 66%. Este crescimento se deve provavelmente, entre outros fatores políticos, à luta sindical feminista que diminuiu a contratação de trabalhadoras abaixo do salário mínimo, ao aumento nos índices de escolaridade das mulheres ocupadas e, por fim, à implantação de políticas públicas voltadas para a equidade de gênero. 

Minha entrada no mercado de trabalho

Cheguei ao Rio de Janeiro no início dos anos 1970 com um diploma de Economia, um curso de Especialização em Desenvolvimento Econômico na França, e dois filhos. Casada e desempregada, li um anúncio da IBM selecionando analistas. Como tinha todos os requisitos exigidos dos candidatos, fiz minha inscrição. Passaram-se vários dias e não recebi confirmação da mesma. Procurei informações com amigos do meu marido que trabalhavam na empresa, e qual não foi minha surpresa quando um destes amigos me avisou que minha inscrição não havia sido aceita. As razões alegadas eram o casamento e os dois filhos. A IBM simplesmente colocou minha inscrição na lata do lixo. Para a empresa, a maternidade só é sublime na privacidade do lar. No mundo do trabalho, é um peso que as empresas não querem suportar.

* Hildete Pereira de Melo é Secretária Especial de Políticas para as Mulheres e professora associada da UFF

“As relações sociais no Brasil estão alicerçadas no machismo, no modelo de sociedade patriarcal e capitalista. As mulheres camponesas têm três, quatro jornadas de trabalho e ainda não são reconhecidas como agentes da política e do trabalho, mas como ajudantes de seus companheiros.”

Integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Marina dos Santos enfrenta um desafio duplo. O agronegócio, que ela define como o casamento dos latifundiários capitalistas com grandes conglomerados internacionais para a produção de *commodities* para exportação, trabalha para criminalizar a luta dos camponeses. Nesta empreitada, os senhores do campo contam com o apoio de várias instâncias dos poderes judiciário e legislativo, assim como do pequeno grupo de empresas familiares que controla a mídia brasileira e mantém uma campanha orquestrada e permanente contra o MST. A mais recente cartada destes setores foi a criação pelo Congresso Nacional de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar supostos repasses ilegais do governo federal para o movimento.

Como se não bastasse o enfrentamento com o agronegócio, Marina depara-se com os preconceitos contra a mulher, que ainda são uma realidade no Brasil, sobretudo em áreas rurais. No mês em que se celebrou o Dia Internacional da Mulher, ela falou nesta entrevista ao JE sobre a situação da mulher no campo e a poderosa ofensiva contra o MST.



P: Marina, nos conte como foi a sua trajetória política. Hoje, você é uma das mulheres que integram a direção nacional do MST. Como você chegou até esta posição?

R: Sou filha de pequenos agricultores paranaenses que perderam a terra na década de 1980, devido a dívidas bancárias, como a maioria dos sem-terra do sul do país. Os pequenos proprietários pegavam emprésti-

mo para desenvolver a plantação e, em caso de problemas na safra, a única opção era entregar a terra para a instituição financeira. Depois disso, minha família foi para a cidade trabalhar como bóia-fria. Decidi ser freira para poder trabalhar e estudar, e foi justamente quando fui com um padre a um acampamento de Sem-Terra que resolvi entrar para o MST, isso aos 15 anos. Já na luta pela Refor-

ma Agrária, fiz o meu segundo grau em um curso técnico de uma escola do MST. Hoje, sou indicada pelos companheiros e companheiras a acompanhar a direção do Movimento e coordenar nossos postos políticos, primeiro no Rio de Janeiro, depois em Brasília.

P: O Brasil é sabidamente um país machista e no interior do país essa é uma questão ainda mais sentida. Como você sente esse problema em suas andanças pelo país? E em relação aos seus companheiros do MST?

R: As relações sociais no Brasil estão alicerçadas no machismo, no modelo de sociedade patriarcal e capitalista. No campo não é diferente. Vivemos uma realidade em que as mulheres camponesas têm três, quatro jornadas de trabalho e ainda não são reconhecidas como agentes da política e do trabalho, mas como ajudantes de seus companheiros. Têm dificuldades em obter terras em seu nome. Estimativas da FAO indicam que apenas 1% da propriedade no mundo está nas mãos das mulheres. Sob uma perspectiva de gênero, a reforma agrária brasileira chama a atenção em termos da baixa parcela de mulheres beneficiárias.

Também sofremos com a carência de saúde de qualidade e de educação de qualidade para nós, mulheres, e para nossas crianças. No MST, as relações também se reproduzem, afinal, vivemos esta sociedade. Por outro lado, desde 2000, o Movimento debate e se preocupa com a participação feminina em todos os seus espaços decisórios. Por exemplo, hoje, as brigadas de famílias sempre terão um coordenador e uma coordenadora. Na direção do movimento, cada estado é representado por um ho-



mem e uma mulher e hoje esta instância é paritária entre homens e mulheres. Estimulamos o estudo e a formação política de nossas companheiras e isso levou que investíssemos nas cirandas infantis, onde as mães podem deixar suas crianças, enquanto estudam. Precisamos avançar e estamos organizadas para isso.

P: Lula sempre foi um aliado de primeira hora na luta pela reforma agrária e no apoio ao MST. Contudo, não observamos mudanças substantivas

na realidade do campo, nestes quase oito anos de governo do PT e dos seus aliados. Ao contrário, nunca o agronegócio foi tão festejado e a própria agricultura familiar é, em muitos casos, cada vez mais dependente e subsidiária desse setor da agricultura empresarial, controlada por grandes grupos econômicos. Como você avalia o governo atual, em relação às bandeiras históricas do MST?

R: **Infelizmente, o governo Lula deu prioridade à produção de monocultivos, produzidos por grandes transnacionais e pelo capital financeiro e sempre destinados à exportação. Eles não se apropriam só da terra e tomam conta de toda a linha de produção do campo e da terra, mas também das sementes, da água, da cadeia produtiva do campo.** Essas empresas e o latifúndio atrasado têm recebido do governo federal nos últimos anos recursos através do BNDES e de vários pro-

gramas. O agronegócio produz 120 bilhões de reais, mas o governo injeta 97 bilhões para isso, em especial pelo BNDES. Então, o que o agronegócio produz para a sociedade?

Criticamos também a liberação desenfreada de organismos transgênicos, sem nenhuma segurança à saúde da população e da soberania alimentar do país.

O avanço deste modelo ainda tem um aliado poderoso: o Poder Judiciário que, cada vez, mais se associa a entidades ruralistas com o viés da criminalização das lutas sociais. Vejam a parceria entre a CNA e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a criação do tal “Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo”. Não passa de uma espécie de disquete-denúncia patronal contra quem historicamente defende a Reforma Agrária. E o pior, com a anuência do poder Judiciário.

P: E no seu conjunto, qual a avaliação que você faz do governo Lula?

R: Temos clareza de que a reforma agrária, no governo Lula, ficou para trás, atropelada pelo agronegócio. O presidente nomina de Reforma Agrária a regularização fundiária, que tem que ser feita também, mas não pode ser confundida com a descentralização da estrutura fundiária. Essa política, na verdade, é para evitar conflitos, mas não existe Reforma Agrária sem conflitos, principalmente no país que mais concentra terra no mundo. O que o governo faz, nesta área, acaba sendo uma política paliativa, assistencialista.

P: Para muitos, a bandeira da reforma agrária se encontra defasada do momento histórico que vivemos, aqui no Brasil.



Como você responderia aos que defendem essa posição?

R: A Reforma Agrária nunca foi tão necessária em épocas de crise econômica, desemprego no campo, cidadania e ações sociais. É essa política que garante a produção de alimentos saudáveis para a mesa do brasileiro, a soberania alimentar, a cidadania no campo. Dados da FAO de 2009 estimam em mais de um bilhão o número de pessoas subalimentadas, ou seja, um em cada seis habitantes do planeta. A Ásia contribui com 640 milhões de “famintos”, a África e Oriente Médio com 310 milhões, a América Latina com 53 milhões e os países ricos com 15 milhões. Atualmente, a cada seis segundos uma criança morre de fome no mundo e as perspectivas de curto prazo são assustadoras.

Por outro lado, segundo o censo agropecuário brasileiro de 2006, a agricultura familiar é a responsável por 85% da produção de todos os alimentos. E é nela que trabalham 85% das pessoas do campo.

Diante desse quadro, é inadmissível que a concentração de terras só aumente no Brasil. Ainda sob os dados do IBGE, o índice Gini (medida que vai de 0 a 1 e que indica o grau de concentração de terra; quanto mais próximo de 1, pior é a concentração) alcança 0,872 para a estrutura agrária brasileira, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856).

Agora, o Estado precisa investir também. Precisamos de uma nova matriz tecnológica, que rompa com a lógica da monocultura e aponte para a produção de alimentos orgânicos a partir da agricultura familiar e agroindústrias, além de incentivos para moradia, educação, cultura, acses-

so à energia etc. Precisa-se de vontade política.

Apesar do pouco avanço da Reforma Agrária, tivemos conquistas simbólicas importantes como a desapropriação, em 2008, da propriedade pertencente à empresa Jorge Mutran Exportação, que foi flagrada utilizando mão-de-obra análoga à escrava no Pará. A criação do assentamento Terra Prometida (Felisburgo-MG), palco do assassinato de cinco trabalhadores rurais Sem-Terra e de mais de 20 feridos, também foi uma importante conquista simbólica. O Massacre de Felisburgo comple-



tou quatro anos e é considerado um retrato da violência no campo, da impunidade da Justiça e da paralisação da Reforma Agrária.

P: O Brasil é um país que concentra a maior parte de sua população em grandes áreas urbanas. Em que medida essa é uma questão que interfere na luta pela reforma agrária?

R: A organização de camponeses Sem-Terra é um dos nossos papéis. Camponeses pobres, alijados das políticas públicas para o campo e que, mui-

tas vezes, vão para a cidade e, lá, acabam tão ou mais marginalizados. A Reforma Agrária resolveria grande parte dos problemas sociais das grandes e médias cidades ao diminuir o inchaço populacional devido ao êxodo rural. Lutamos para que o campo seja um local bom e com estrutura para garantir a vida digna do camponês. Isso, na verdade, só nos fortalece enquanto movimento.

P: Você concorda que a imagem do MST sofreu um desgaste nos últimos anos? O grande negócio ganhou a guerra de mídia? Como reverter esta situação?

de monocultivos, seja qual for, quanto nas regiões de extração mineral, é crescente a pobreza, as pequenas comunidades rurais são destruídas, e se comete uma verdadeira depredação ambiental criminoso. E, ao mesmo tempo, os que lucram com o modelo do agronegócio não hesitam em recorrer à violência para impor seus interesses. A CPMI contra a Reforma Agrária, por sua vez, não passa de mais uma tentativa de criminalização por parte de latifundiários irritados com a atualização dos índices de produtividade.

Neste cenário, os movimentos sociais devem cada vez mais investir em seus próprios veículos como forma de se comunicar com a sociedade em geral. A luta e a mobilização permanente continuam a ser a nossa principal arma contra as injustiças sociais.

P: Qual é a mensagem que você deixaria para os nossos leitores, nesta edição do JE dedicada às mulheres, neste mês em que celebramos a luta das mulheres trabalhadoras?

R: **Nós, mulheres camponesas, neste momento que comemoramos os 100 anos da criação do Dia de Luta das Mulheres Trabalhadoras, seguiremos em luta, denunciando a gravidade da situação do campo brasileiro, a concentração absurda da terra, e todos os problemas sociais que nos assolam. Estaremos sempre mobilizadas para enfrentar a crise política, econômica, social e ambiental, criada pelas elites que controlam o Estado brasileiro: o capital financeiro internacional e as empresas transnacionais.** ☺

Um Olhar Geopolítico sobre a América Latina e Caribe

■ Gisele Rodrigues*

Em fevereiro, teve lugar, em Cancun, México, a Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe. Reunindo 32 países da região, seus delegados – entre eles vários chefes de Estado – aprovaram duas declarações e oito documentos especiais. Nas declarações, foi anunciada oficialmente a proposta de criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), organização empenhada em priorizar e impulsionar a integração regional e a promoção de uma agenda comum em fóruns globais. Tal bloco deverá ser inaugurado em julho de 2011, quando seus fundamentos e diretrizes serão elaborados e pactuados pelos países-membros.

Não muito tempo atrás, em maio de 2008, alguns dos mesmos países que ajudaram a gestar a ideia em Cancun de um bloco sem a presença do Canadá e dos EUA se reuniam para criar a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), uma comunidade formada por doze países sul-americanos, cuja principal intenção é análoga a do bloco anteriormente mencionado, ou seja, fomentar a integração entre seus países-membros nas áreas econômica, social e política. Quase sete meses mais tarde, em dezembro de 2008, foi criado com o apoio dessas mesmas nações o Conselho de Defesa Sul-Americano.

Os mais desavisados, emba-

lados por uma mídia conservadora e obscurante que insiste em rebaixar os horizontes de reflexão de seus interlocutores, poderiam ser levados a crer que a recente safra de organismos internacionais no hemisfério ocidental não passa de megalomania dos representantes daquelas nações (“mais uma entre tantas!” - sic) – uma redundância

inconcebível diante das organizações já existentes de que esses países fazem parte - como a ONU e a OEA.

Entretanto, há muito tais instituições dão mostra de esgotamento do poder de enforcement de suas deliberações. O apoio estadunidense ao fracassado golpe de Estado contra o Presidente eleito da Vene-

zuela, Hugo Chávez, em abril de 2002, e a invasão do Iraque pelos EUA, em março de 2003, atitudes amplamente condenadas pela maioria absoluta dos membros da OEA e ONU, são apenas parcos exemplos entre dezenas que poderiam ser citados como sintomas de que ambas foram há muito esvaziadas e sobrepujadas pelos interesses de seu membro dominante, os EUA, sendo operativas apenas quando funcionais à nação estadunidense.

O desgaste do Governo belicista e unilateral de George W. Bush e a eleição do democrata Barack Obama à presidência dos EUA em novembro de 2008 pareciam dar novo alento às esperanças de um mundo onde as instâncias diplomáticas preexistentes recobriam o seu valor. Parecia impossível imaginar que Obama fosse capaz de dar continuidade à política externa de seu predecessor, diante de todas as expectativas que se galvanizavam em torno do seu nome. Mas, como preconizou Eisenhower, ex-presidente dos EUA entre 1953 e 1961 e comandante supremo das forças aliadas durante a

Segunda Guerra Mundial, seria muito difícil fugir aos desígnios do complexo-militar-industrial que ampliava sobeja e continuamente seu poder econômico e lançava seus tentáculos sobre o aparato estatal estadunidense, desenvolvendo com este uma relação de promiscuidade crescente desde o fim da última grande guerra e, inaugurando,



desde o fim da guerra fria, a noção de conflito permanente. E, ao contrário do que se poderia fantasiar à primeira vista de um Prêmio Nobel da Paz, Obama não só deu sequência à política externa belicista de Bush como a recrudescer.

Fato é que, em vez de reduzir, a administração Obama ampliou em 4% os gastos militares totais dos EUA para 2010, segundo consta da página 254 do documento elaborado em maio de 2009 pelo Departamento de Defesa dos EUA e aprovado pelo congresso estadunidense, ou seja, de US\$ 513,3 para US\$ 533,8 bilhões. A rubrica que mais cresceu foi a de pessoal (8,9%) – hoje, em larga medida, mão-de-obra terceirizada, subcontratada pelas Companhias Militares Privadas (CMP's) em várias partes do mundo – e, portanto, de orçamento mais palatável ao congresso dos EUA.

Em relação à América Latina, o governo de Obama tem agido à revelia das decisões de organizações supranacionais das quais participa, bem como tem representado o endurecimento de uma política de desestabilização dos governos “antiamericanos” e exibido uma postura mais proativa em relação a seus interesses econômicos na região. Vejamos:

- A manutenção da base de Guantánamo, em Cuba, contradizendo promessas de campanha e contrariando o desejo da maioria dos países-membros da ONU;
- A negociação para instalação de 13 bases militares na América Latina (sete na Colômbia, uma em Aruba, uma em Curaçao e quatro no Panamá), fechando o cerco sobre a República Bolivariana da Venezuela - um de seus antagonistas polí-

ticos e principais fornecedores de petróleo. Com respeito à base colombiana de Palanquero, o Pentágono foi bastante claro, indo muito além do Plano Colômbia e do surrado jargão narcoterrorista que serve de biombo a seus verdadeiros propósitos. No mesmo citado documento do Departamento de Defesa endereçado ao congresso, podia-se ler, à página 215, como justificativa à base: “Palanquero confere uma oportunidade de conduzir operações de largo espectro **por toda América do Sul** incluindo missões antidrogas. Ela também fornece apoio a missões móveis **ao garantir acesso a todo continente, exceto à região do Cabo Horn, se houver disponibilidade de combustível, e a mais da metade do continente se não houver reabastecimento**”. Em outro trecho (página 217), fica evidente que a base visa combater, além do narcotráfico (sic), os governos não-alinhados da região: “O desenvolvimento desta Locação Cooperativa de Segurança [base de Palanquero] confere uma oportunidade única para uma operação de largo espectro em uma sub-região crítica do nosso hemisfério, onde segurança e estabilidade estão sob constante ameaça de insurreições de narco-terroristas, **governos anti-EUA**, pobreza endêmica e desastres naturais recorrentes” [grifos meus]. Após a emissão deste documento, e sob veemente protesto da UNASUL com respeito ao acordo de cooperação EUA-Colômbia assinado em 30/10/09, os EUA foram obrigados a se retratar, retirando os trechos mais polêmicos do texto e encaminhando nova cópia ao congresso em 16/11/09;

- O apoio “sutil” ao golpe de Es-



tado em Honduras em junho de 2009 contra o presidente constitucionalmente eleito, Manuel Zelaya, a partir da base militar de Soto Cano, naquele país. Contrastando com a maioria esmagadora dos países da América Latina, os EUA respaldaram a nova eleição presidencial que definiu Porfirio Lobo como novo presidente de Honduras; A ocupação militar do Haiti sob pretexto de apoio humanitário pós-terremoto. Os EUA enviaram para a região 16 mil soldados, mais que o dobro dos 6,7 mil soldados que compõem os efetivos da ONU liderados pelo Brasil, e sua atuação impositiva (ocupação do aeroporto e do palácio presidencial em Porto Príncipe, condução de comboios de mantimentos) já gerou atritos com o comando brasileiro da Minustah;

- A destinação de US\$ 1,4 bilhão em três anos ao Plano Mérida para o combate ao narcotráfico e terrorismo na fronteira com o México. Na verdade, o nível de violência no país tem crescido em função do desemprego que se amplificou com a constituição do NAFTA e os efeitos da atual crise financeira mundial. O Pentágono está se preparando para ampliar sua presença militar nestes conflitos

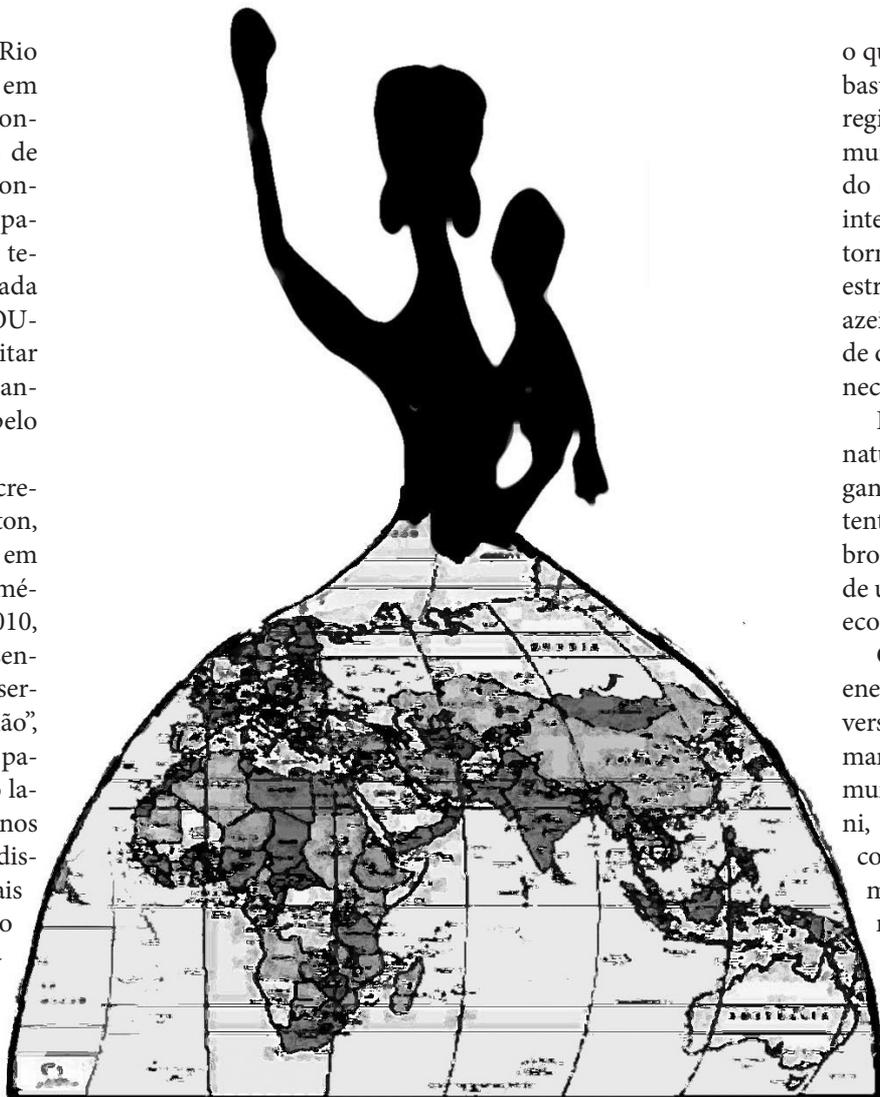
e as forças militares dos EUA já patrulham os ares mexicanos;

- A reação tibia e complacente do governo estadunidense diante do início da perfuração, em 22/02/10, por uma companhia inglesa, a Desire Petroleum, em águas a 100 metros ao norte das Ilhas Malvinas (ou Falklands como nominam os ingleses), territórios reivindicados pela Argentina que foram o pivô de uma sangrenta batalha com o Reino Unido há 28 anos. Apesar de serem membros de um acordo de defesa com os países latino-americanos (o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), os EUA destoaram da maioria dos países da região ao ficar do lado britânico durante a Guerra das Malvinas. As ilhas estão em uma plataforma que pode conter até 60 bilhões de barris de petróleo em reservas (a Argentina possui apenas 2,6 bilhões de barris de óleo em reservas provadas e o Reino Unido 3,4 bilhões de barris). Além da Desire, cinco outras empresas pretendem utilizar o serviço da plataforma de perfuração Ocean Guardian. Durante a Cúpula da Unidade, a Presidente da Argentina, Cristina Fernández, denunciou que o Reino Unido evadiu várias tratativas da ONU que estabeleciam que qualquer exploração econômica da região deveria ser antecedida por um acordo formal entre os dois países. Atualmente, os EUA reclamam neutralidade em relação à disputa entre os dois países, apesar de reconhecer a presente administração britânica. Se confirmada, a existência de substanciais recursos petrolíferos nas Ilhas Malvinas certamente virá acompanhada da instalação de uma base militar aeronaval pelos britânicos – a menos de

3 mil milhas de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em cuja costa estão as recém-confirmadas e vultosas jazidas de óleo e gás do pré-sal. Uma consequência nada desejável para o Brasil, e, talvez, mais temível que a IV Frota (reativada em abril de 2008 pelo USSOUTHCOM – Comando Militar Estadunidense do Sul – durante a gestão Bush e mantida pelo governo Obama);

- A pressão exercida pela Secretária de Estado, Hillary Clinton, sobre o governo brasileiro em seu giro de cinco dias pela América Latina em março de 2010, para que o Brasil continue sendo parceiro dos EUA na “preservação da democracia na região”, tentando, com isto, afastar o país das políticas de integração latino-americana e dos governos populares da região. Além disso, a visita da Secretária é mais uma tentativa de evitar que o Brasil assine o acordo de cooperação nuclear com o Irã, bem como de fazer propaganda do AF-18E/F, o caça estadunidense da Boeing que concorre com o francês

(Rafale, da Dassault) e o sueco (Gripen-NG da SAAB) pela preferência nacional. Não por acaso a visita oficial foi precedida da chegada do porta-aviões US Carl Vinson ao Rio de Janeiro, onde personalidades brasileiras puderam ter acesso ao caça da Boeing após recepção oferecida pelo comandante do navio. O fator preço definitivamente não tem sido o único componente da análise para o governo brasileiro, que pretende adquirir um total de 36 novos aviões. Segundo a FAB, a compra que oferece as melhores condições para o Brasil é a do Rafale francês, na medida em que a Aeronáutica já tem tradição de operar aeronaves importadas



da França e que existe a possibilidade de futuramente a própria marinha brasileira utilizar a versão naval do avião. Além disso, a França não impõe as mesmas restrições que os EUA colocam à venda de equipamentos que incluem componentes de alta tecnologia para o Brasil, e um dos objetivos prioritários da nova Estratégia Nacional de Defesa (END), decretada pelo governo brasileiro em fins de 2008, é a transferência e capacitação tecnológica para a retomada da indústria bélica nacional. Motivos para incrementar a defesa não faltam. Além de um melhor patrulhamento das riquezas e biodiversidade da região amazônica, o Brasil está pleiteando

junto à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) da ONU o reconhecimento da Amazônia Azul, que abarcaria as águas territoriais brasileiras (12 milhas a partir da costa), a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) - 200 milhas a partir da costa (já reconhecida pela CNUDM) - e ainda 960 mil km² da plataforma continental. Um total de 4,45 milhões de km², ou área marítima equivalente a metade do território brasileiro, com grande biodiversidade e recursos petrolíferos incalculáveis do pré-sal. Entretanto, até o hoje os EUA não ratificaram a CNUDM, e reconhecem apenas o limite marítimo de 12 milhas a partir da costa,

o que deixa o Brasil em situação bastante desconfortável, já que a região do pré-sal ultrapassa em muito esta faixa. Portanto, mais do que nunca, o resguardo dos interesses e riquezas brasileiros tornou-se dependente de uma estratégia de defesa muito bem azeitada que regate a capacidade do país em dizer não quando necessário.

Dado ao exposto, nada mais natural do que a criação de organismos internacionais que tentem preservar seus membros da presença e interferência de um país com o peso político-econômico-militar dos EUA.

Com recursos minerais e energéticos inestimáveis, biodiversidade exuberante, o maior manancial de água potável do mundo, o Aquífero de Guaraní, e um longo caminho a percorrer em busca do desenvolvimento, a América Latina tem motivos de sobra para buscar um entendimento comum que garanta a sua soberania e autodeterminação. Especialmente ante a existência de um projeto hegemônico de expansão de

mercados de uma nação escrava de seu complexo bélico-militar e que não medirá esforços para manter o seu poder e influência sobre a região. A mídia conservadora passa batido por estas questões, e tenta reduzir a atual tentativa de concertação latino-americana a uma ópera bufa adornada por estereótipos. Muito além de qualquer folhetim, a argumentação desenvolvida até aqui procurou tornar patente o fato de que a integração regional é assunto demasiado sério para ser deixado a encargo dos tablôides de fofocas. 

* Gisele Rodrigues é economista da Área de Gás e Energia da Petrobrás e professora de Geopolítica da Universidade Petrobrás

■ Sandra Quintela*

Haiti e as falsas promessas da reconstrução

Após o terremoto matou mais de 150 mil pessoas, o presidente Lula anunciou no Haiti R\$ 375 milhões em doações e projetos para a construção de uma hidrelétrica, de frentes de trabalho e de fundação de escolas técnicas. Ao mesmo tempo em que o G7, FMI, Banco Mundial, BID, Clube de Paris e alguns governos anunciam o desejo de cancelar a dívida externa haitiana, Lula reforçou o pedido de “perdão” da dívida de US\$ 1,3 bilhão pelos organismos internacionais e países credores.

Até agora, a única confirmação de cancelamento foi feita pelo governo da Venezuela, de um montante de US\$ 395 milhões. O Clube de Paris é credor de uma dívida de US\$ 214 milhões. Do total da dívida externa do Haiti, a maior parte foi contraída com o BID (US\$ 441 milhões) e um grande montante com o Banco Mundial. Encontrar esses dados e confirmá-los não é tarefa fácil. Nas páginas do FMI, Banco Mundial e BID, as informações não batem. Por outro lado, encontram-se ali dados que nos chamam a atenção. Como, por exemplo, esse: “Os pagamentos de juros da dívida por parte do Haiti ao BID de 2009 a fins de 2011 estão cobertos por recursos de um fundo respaldado pelos Estados Unidos. Portanto, a dívida do Haiti ao BID não está causando nenhuma saída de fundos do país”.

Em maio de 2008, o Congresso dos EUA aprovou a “Farm Bill”, que incluía o HOPE prorrogado – o HOPE II. O HOPE (Haitian Hemispheric Opportunity) é um projeto que visa criar zonas francas para a produção de têxteis, ampliação para a inclusão de bagagem,

chapéus e roupas de dormir. Em setembro de 2009, o Brasil ratificou com os EUA um plano para o estabelecimento de plantas industriais no Haiti, no bojo do HOPE. Essa iniciativa permite a exportação livre de impostos para os dois países de bens produzidos no Haiti.

Será que por esta, dentre outras razões, os juros ao BID são pagos pelos EUA? Esse benefício também explicaria a “generosidade” do presidente Lula em concretizar os projetos de construção civil, considerando ainda que em sua visita ao país em maio de 2008 levou na comitiva representantes da Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Corrêa?

Com o terremoto e um país ainda mais destruído, abrem-se, do ponto de vista do capital, grandes oportunidades de negócios. Edifícios, casas, ruas, sistemas elétricos, tudo precisa ser reconstruído. Existe uma verdadeira corrida com a intenção de lucrar ao máximo com a miséria alheia. O que é, diga-se de passagem, da natureza do capitalismo. O chamado “cancelamento

da dívida haitiana” é promessa antiga. Em junho de 2009, quase metade dela foi cancelada pelo Banco Mundial e pelo FMI. Uma das condicionalidades impostas por este “cancelamento” foi a privatização do sistema de telefonia que ainda é público naquele país. Essa promessa se renova com a tragédia humana que vive o Haiti. O FMI promete um novo empréstimo de US\$ 100 milhões.

O Banco Mundial tem atualmente 14 projetos ativos no Haiti, dentre eles - parece ironia - gestão de riscos de desastres. A eficácia de seus projetos é questionada desde os anos de 1980 por várias organizações locais e internacionais. O que foi feito com os empréstimos concedidos ao Haiti? Que controle exerce a sociedade organizada haitiana sobre sua formulação ou pertinência? É difícil levar a sério o suposto protagonismo que o BID (principalmente) e o Banco Mundial querem assumir no Haiti. Que legitimidade têm estes organismos? O que fizeram para combater a miséria ou melhorar as

péssimas condições da infraestrutura urbana e rural do país? Há décadas o Banco Mundial e o BID “investem” no Haiti.

O Haiti foi a primeira nação do mundo a abolir a escravidão. Por isso, ainda no início do século XIX, foi obrigado, depois de um bloqueio econômico de dez anos imposto pela França, a assumir e pagar uma dívida externa de 150 milhões de francos-ouro (equivalentes a cerca de US\$ 22 bilhões em valores atuais) em compensação à França pela “perda dos escravos” que se rebelaram e se libertaram da escravidão em 1804.

Muitas águas vão rolar sob o rio da reconstrução do Haiti. Trinta mil marines e soldados da Otan e da Minustah estão no país para garantir o atendimento dos interesses das transnacionais, dos bancos e, principalmente, o controle do território em uma área estratégica. Ignorando as inúmeras denúncias de violência e arbitrariedades e os apelos de movimentos sociais organizados haitianos para a retirada das tropas, ao discursar para os militares que estão atuando na missão de paz da ONU, Lula declarou que esta missão é motivo de orgulho para as Forças Armadas brasileiras.

O povo haitiano, novamente, mesmo após o que se considera uma das maiores catástrofes da história recente, é objeto da ânsia inescrupulosa pelo lucro e da cegueira que assola os governantes. 🗨️



* Sandra Quintela é economista do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e coordenadora continental da Rede Jubileu Sul Américas

Manutenção e desenvolvimento do ensino no Rio de Janeiro

A garantia de acesso ao ensino é um direito fundamental da população e representa importante espaço de atuação da esfera pública. Como forma de conferir ao ensino a importância de política pública prioritária e para que o gasto público seja realmente voltado para tal atividade, a Constituição Federal estabelece, em seu artigo 212, um percentual mínimo de aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), que no caso dos municípios é de 25% das receitas proveniente de impostos (incluindo aqueles oriundos de transferências).

Segundo o artigo 72 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), as receitas e despesas com MDE devem ser apuradas e publicadas em relatórios tais como o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e a Prestação de Contas anual, como determina o artigo 165 da Constituição Federal.

Com sabe na publicação dos dados, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), órgão responsável pela verificação dessas contas, tem apontado, nos últimos exercí-

cios para algumas inconsistências nesses demonstrativos.

De 2002 a 2006, o Município do Rio incluiu o pagamento de inativos e pensionistas da educação em sua contabilização das despesas com MDE. Porém, segundo o parecer prévio do TCMRJ com relação às contas do exercício de 2002, a inclusão dos gastos com inativos como componente das aplicações em MDE não é amparada pelo artigo 70 da LDBE, apesar do município assim proceder.

Além disso, de 2002 a 2005 a Prefeitura não incluiu na base de cálculos de suas receitas a arrecadação com multas, juros e mora dos impostos, contrariando a Constituição Federal e a LDBE, conforme é apontado pelo parecer das contas de 2005.

Este fato ocorre, pois a multa por atraso do pagamento do IPTU, por exemplo, refere-se diretamente ao tributo, e assim a legislação tributária a compreende como tal.

Outro ponto de incorreção das contas refere-se à inclusão de despesas indevidas na base de cálculo de MDE. Esta falha ocorreu em todos os exercícios analisados. Na maioria dos casos ela ocorre devido à inclusão de despesas consideradas pela classificação legal como de assistência social.

As despesas com MDE possuem uma normatização, para que estas possam fazer referência

somente a ações que se dedicam plenamente ao ensino. Neste caso, despesas com assistência social e desporto e lazer podem ser benéficas à sociedade, porém não estão vinculadas ao ensino.

Os relatórios apontam ainda mais uma questão recorrente que interfere no cálculo do percentual limite: os restos a pagar. Como a base de cálculo é feita em cima da despesa liquidada, é possível que parte desta despesa seja realizada no final do exercício e fique inscrita em restos a pagar para ser pago no exercício seguinte.

Como parte desses restos a pagar, que já foi contabilizado para a apuração do índice como despesa pode ser cancelada no exercício seguinte, o que ocorre de maneira recorrente, o percentual de aplicação apurado em um exercício tem que ser revisto e corrigido no ano seguinte, eliminando-se do cálculo os restos a pagar cancelados.

Todas as incorreções apontadas até aqui alteram o percentual demonstrado pela Prefeitura em suas contas. Para verificar tais alterações, a tabela 1 apresenta uma comparação dos percentuais exibidos pela Prefeitura, com e sem inativos, como era realizada de 2002 a 2006 e do percentual apontado pelo Tribunal de Contas do Município após a correção de todas as falhas acima apontadas.

A tabela demonstra que segundo o Tribunal de Contas a Prefeitura não cumpriu por três exercícios (2004, 2007 e 2008) a aplicação do percentual mínimo de 25% de recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino.

Desta forma, para 2004, a necessidade de aplicação adicional de recursos para cumprir o índice era de R\$ 749 mil. Já em 2007 seriam necessários R\$ 25,2 milhões, e em 2008 R\$ 108 milhões.

Mesmo relatando que o Município não cumpriu com a Constituição, desrespeitando as normas estabelecidas e reduzindo desta forma o gasto com a educação, os pareceres dos conselheiros do TCMRJ são favoráveis à aprovação das contas, estabelecendo apenas recomendações para que as falhas possam ser corrigidas.

No entanto, é preciso ressaltar que essa tabela não considera uma questão importante que se refere à contabilização do ganho com o FUNDEB, já que esta foi flexibilizada por acordo entre a Prefeitura e o TCMRJ.

Estima-se que se as prestações de contas do Município do Rio de Janeiro seguissem as normas legais de contabilização do ganho com o FUNDEB, em nenhum dos exercícios analisados o percentual de 25% seria cumprido.

A problemática da contabilização do ganho do FUNDEB

De acordo com o Manual da Secretaria do Tesouro Nacional, devem ser realizadas algumas deduções da despesa computada para a contabilização do mínimo de 25% de aplicação de recursos em MDE, sendo a principal delas a dedução das despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício. Os entes federati-

Tabela 1

Comparação índice contabilizado pela prefeitura do Município do Rio de Janeiro e índice corrigido pelo Tribunal de Contas

| Exercício | Índice apontado pela prefeitura do Rio de Janeiro | | Índice corrigido pelo TCMRJ* |
|-----------|---|--------------|------------------------------|
| | Com inativos | Sem inativos | |
| 2002 | 35,96% | 26,37% | 25,66% |
| 2003 | 38,36% | 28,11% | 27,16% |
| 2004 | 34,09% | 25,76% | 24,98% |
| 2005 | 33,74% | 25,66% | 25,10% |
| 2006 | 34,57% | 25,41% | 25,10% |
| 2007 | n.d | 27,27% | 24,60% |
| 2008 | n.d | 28,91% | 23,84% |

* não leva em conta a contabilização do ganho com o FUNDEB

Tabela 2

Município do Rio de Janeiro FUNDEF/FUNDEB
 Receita Arrecadada, Contribuição e Resultado Líquido

Valores nominais Em R\$mil

| Exercício | Receita arrecadada com o FUNDEF/FUNDEB (A) | Contribuição do Município para o FUNDEF/FUNDEB (B) | Ganho com o FUNDEF/FUNDEB (A) - (B) |
|-----------|--|--|-------------------------------------|
| 2002 | 522.457 | 154.813 | 367.644 |
| 2003 | 560.900 | 161.105 | 399.796 |
| 2004 | 644.698 | 191.282 | 453.416 |
| 2005 | 681.275 | 197.608 | 483.667 |
| 2006 | 735.857 | 206.941 | 528.916 |
| 2007 | 820.915 | 244.808 | 576.108 |
| 2008 | 1.019.252 | 342.191 | 677.061 |

vos podem ter *ganho líquido* ou *perda líquida* com o FUNDEF/FUNDEB. No caso do Município do Rio de Janeiro, em todos os exercícios há ganho com o FUNDEB, ou seja, o valor que o Município deduz de seus impostos para a composição do Fundo é menor do que recebe ao todo com o mesmo.

Tal fato ocorre, porque o quantitativo de alunos de nossa cidade é superior à média nacional, além de apresentar, segundo a Secretaria Municipal de Educação, a maior rede de ensino municipal de todo o país. Como o FUNDEB é calculado com referência no número de alunos, o valor para cobrir essa necessidade é maior do que o valor arrecadado constitucionalmente para o Fundo.

Desta forma, a Prefeitura deveria reduzir do cálculo de suas despesas com MDE todas as despesas provenientes desse ganho com o FUNDEB. Por exemplo, se o Município arrecadou R\$1 bilhão com o FUNDEB e deduziu de seus impostos R\$500 milhões para a composição do Fundo, o Ganho líquido é de R\$500 milhões. Assim, o valor gasto com MDE, cuja origem seja essa receita, deve ser deduzido da base de cálculo do índice constitucional.

Contudo, isto não ocorreu em nenhum dos exercícios analisados. O TCMRJ aponta para essa questão, mas nos exer-

cícios de 2002 a 2005 alega que a mesma estaria ainda sendo estudada e pendente de resolução por parte do Tribunal.

Em 2006, o TCMRJ realizou junto ao poder

executivo um acordo aprovado em plenário, de que nos exercícios de 2006 e 2007 iria ser permitido que o ganho com o FUNDEB não fosse deduzido e que, a partir do exercício de 2008, este seria deduzido de forma gradual, sendo 25% em 2008, 50% em 2009, 75% em 2010 e 100% a partir de 2011.

Assim, o município recebeu do órgão responsável pela fiscalização de suas contas uma flexibilidade no cálculo de seu índice constitucional.

Para medir tal impacto, ou seja, o quanto o município deixa de aplicar na educação devido a não dedução do gasto com o FUNDEF/FUNDEB, é preciso em primeiro lugar observar o valor do ganho com o fundo (ver Tabela 2).

Assim, pode-se observar que a receita arrecadada com o FUNDEB/FUNDEF é significativamente maior do que a contribuição do município do Rio com o mesmo. Tal fato evidencia a necessidade de exclusão do gan-

nho do Fundo da base de cálculo do índice constitucional, já que a aplicação de recursos na Educação é obrigação legal do ente federativo, e independente da criação do fundo.

Tendo em vista a importância dessa dedução, a Tabela 3 demonstra uma simulação do impacto que esta teria no índice constitucional de MDE. Para tal, foram utilizadas as despesas calculadas com os ajustes do TCMRJ e as receitas com a dedução das transferências adicionais do FUNDEF/FUNDEB, também com todas as correções apontadas. Depois desse procedimento, eliminou-se o ganho do Fundo da base de cálculo para dividi-lo pela receita e obter um novo percentual de índice constitucional, estando este de acordo com o estabelecido pela constituição e regulamentado pelo manual de preenchimento do Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Secretaria do Tesouro Nacional.

Como pode ser observado, se as prestações de contas do Município seguissem as normas legais para o cálculo de seu índice constitucional, em nenhum dos exercícios analisados o percentual de 25% seria cumprido.

Tal fato fez com o que o município deixasse de aplicar cerca de R\$8,5 bilhões. Apesar das irregularidades mencionadas serem facilmente demonstradas,

e de existirem relatórios e pareceres que comprovam que o Município não vem cumprindo com a Constituição Federal, nenhuma modificação ocorreu e nenhum gestor foi penalizado. O prefeito vigente em todos os exercícios analisados não respondeu legalmente por essa defasagem, pois as contas da Prefeitura receberam pareceres favoráveis do TCMRJ e foram aprovadas em todos os exercícios pelo poder legislativo.

Panorama 2009/2010

O presente estudo não pode considerar a aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) no exercício de 2009, pois o parecer do TCMRJ com relação às contas desse exercício ainda não foi divulgado, impossibilitando a atualização dos dados. Entretanto, para quantificar a questão da Educação no orçamento carioca, levantamos alguns dados do exercício de 2009 e previsões para o ano de 2010.

Em 2009, as despesas liquidadas pela Secretaria de Educação somaram R\$2,3 bilhões, ao passo que as despesas com a função de governo *Educação* superaram os R\$2 bilhões. Tais dispêndios representaram aproximadamente 21,7% e 20,1%, respectivamente, do total liquidado pela prefeitura (R\$10,4 bilhões).

No Projeto de Lei Orçamentária Anual 2010 estão previstos R\$13,6 bilhões para gastos totais do município. Destes, 18,3% são previstos para dispêndios da Secretaria de Educação (R\$2,5 bilhões) e 18,6% para despesas com a função *Educação* (R\$2,5 bilhões).

Até o fim de fevereiro de 2010 apenas 5,6% do previsto para esta secretaria havia sido liquidado. Em fevereiro de 2009, este percentual foi 6,1%. 

Tabela 3

Município do Rio de Janeiro aplicação de Recursos em MDE com a exclusão do ganho do FUNDEF/FUNDEB

Valores nominais Em R\$mil

| Exercício | Receita total para composição do índice de MDE (A) | Despesa total para composição do índice de MDE computando ganho (B) | Despesa custeada com ganho FUNDEB (C) | Despesa Total deduzido o ganho (D) = (B) - (C) | Índice corrigido sem o ganho (D)/(A) |
|-----------|--|---|---------------------------------------|--|--------------------------------------|
| 2002 | 3.549.136 | 1.013.813 | 367.644 | 646.169 | 18,21% |
| 2003 | 3.821.056 | 1.146.261 | 399.796 | 746.465 | 19,54% |
| 2004 | 4.373.089 | 1.207.942 | 453.416 | 754.526 | 17,25% |
| 2005 | 4.824.975 | 1.341.837 | 483.667 | 858.170 | 17,79% |
| 2006 | 5.193.234 | 1.441.166 | 528.916 | 912.250 | 17,57% |
| 2007 | 5.675.865 | 1.542.849 | 576.108 | 966.741 | 17,03% |
| 2008 | 6.651.995 | 1.915.544 | 677.061 | 1.238.483 | 18,62% |

A questão agrária e a luta das mulheres sem-terra

■ Nivia Regina da Silva*

O Estado do Rio de Janeiro, apesar de ser um dos estados mais urbanizados do Brasil, apresenta graves problemas agrários, como a alta concentração da propriedade rural, a subutilização das terras, o intenso êxodo rural, os graves conflitos pela posse da terra e a utilização de trabalho escravo na agricultura. Dados do Ministério Público do Trabalho apontam que, em 2009, o Rio de Janeiro liderou a prática do uso de trabalho escravo no país. Foi o setor do agronegócio sucroalcooleiro, “em expansão” com a produção de etanol, que apresentou o maior número de ocorrências de trabalho escravo. Nas usinas de Campos dos Goytacazes, 721 trabalhadores foram resgatados em 2009.

Há 30 acampamentos de sem-terra no estado, alguns com mais de 12 anos, resultado da omissão do governo federal em agilizar os processos de desapropriação dos latifúndios improdutivos e assentar as famílias.

No governo Lula, durante o período de 2003 a 2009, a política agrária desenvolvida no estado re-

sultou na criação de apenas 18 projetos de assentamentos com apenas 883 novas famílias. Persistindo os problemas que dificultaram o desenvolvimento dos assentamentos, as famílias que conquistaram a terra não tiveram assistência técnica, crédito, habitação e infraestrutura.

A reforma agrária está parada. O número de famílias assentadas no Brasil vem se reduzindo desde 2005. Em 2009, foram assentadas, segundo informações do governo, apenas 55.498 famílias. O governo federal continua dando prioridade à região Amazônica. Do total de assentamentos no país, 67% se deu nesta região, onde a maioria das terras é pública e mais barata, mas com grandes problemas de infraestrutura básica, como água, energia elétrica e estradas.

A política agrária do governo se limita a realizar alguns assentamentos pontuais, buscando solucionar conflitos sociais mais significativos. Mas esta política tem caráter compensatório e não modifica a concentração da propriedade fundiária, conforme comprova o censo agropecuário do IBGE de 2006¹. Ao privilegiar a expansão do agronegócio de cana-de-açúcar, soja, eucalipto e pe-

cuária, que produzem em grande escala, o governo estimula maior concentração da propriedade da terra. O refinanciamento das dívidas do agronegócio e o aumento de novos créditos permitem ao agronegócio se expandir sobre as terras da Amazônia e do Centro-Sul.

O agronegócio está se expandindo intensamente através da compra ou arrendamento de latifúndios. Não interessa que estas terras sejam destinadas para a reforma agrária. A pressão sobre o Ministério da Agricultura e o Governo Federal é tão grande que o governo não teve coragem nem interesse, de atualizar os índices de produtividade desde 2003.

Na luta pela Reforma Agrária e contra o modelo do agronegócio, o papel das mulheres da Via Campesina tem sido fundamental, denunciando no 8 de Março, Dia de Luta das Mulheres, a extrema gravidade da situação do campo brasileiro, que faz parte de um modelo capitalista e patriarcal de sociedade, concentrador de poder, de terras e de riquezas.

Neste 8 de março de 2010, as mulheres do Movimento Sem-Terra no Rio de Janeiro, em conjun-



to com Comitê Trabalho Escravo, realizaram uma atividade na região Norte Fluminense em denúncia ao modelo decadente das usinas de cana, que vem ampliando o desemprego, a exploração e o trabalho escravo. Em setembro do ano passado, uma trabalhadora morreu queimada como consequência de condições de trabalho degradantes e ambientalmente condenáveis.

As mulheres defendem uma Reforma Agrária que contemple a conservação ambiental, a segurança alimentar e a distribuição justa da riqueza gerada pelo trabalho, em uma sociedade igualitária. 

* Nivia Regina da Silva é agrônoma e integrante da Direção Estadual e da Coordenação Nacional do MST.

¹ O censo agropecuário de 2006 nos mostra que a concentração da propriedade da terra não teve modificações nos últimos 10 anos. O índice de Gini variou de 0,856 em 96 para 0,854 em 2006. (quanto mais próximo de 1, maior é a concentração)

agenda de cursos

TÓPICOS DA ECONOMIA BRASILEIRA RECENTE

Curso de 16 horas. Nas terças-feiras do mês de abril há quatro encontros com o professor Renault Michel (IPEA/UFRJ) sobre a economia brasileira recente, das 18h45 às 21h30.

Os temas são:

6/4: Os planos de estabilização dos anos 80. **13/4:** Plano Real: estabilidade e restrição ao crescimento. **20/4:** O modelo de metas de inflação. **27/4:** Cenários para a economia brasileira.

MATEMÁTICA (RACIOCÍNIO LÓGICO)

Em maio, quatro manhãs de sábados estão reserva-

das para o curso Matemática (Raciocínio Lógico) com o professor André Gaglianone Kasprzykowski.

08/05: Princípio da inclusão – exclusão; Princípio da Multiplicação; Princípio de Dirichlet. **15/05:** Permutações; Combinações. **22/05:** Probabilidades. **29/05:** Lógica das proposições

ECONOMIA E CONTABILIDADE AMBIENTAL

Ainda em maio, de 24 a 28, das 14h às 17h10, a professora Claudia Lucia Bisaggio Soares (UFSC) ministrará o curso Economia e Contabilidade Ambiental. Este mesmo curso será oferecido em julho, no horário da noite.

Temas das aulas:

Introdução à valoração econômica ambiental. A contabilidade ambiental nas empresas. As noções de passivo e ativo ambiental. Sistemas de gestão ambiental (SGA). A contabilidade social verde - modelos em disputa. Padrões de desenvolvimento. Indicadores de desenvolvimento.

Ao final do curso pretende-se que o aluno seja capaz de problematizar e contribuir em estudos e análises sócio-ambientais, no desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental (SGA) e na discussão acerca de modelos e indicadores de desenvolvimento econômico.